

Uma visão política e filosófica sobre a conservação da Mata Atlântica no Rio de Janeiro

A political and phylosophical outlook on the conservation of Atlantic Forest in Rio de Janeiro

Rejan R. Guedes-Bruni^{1*}

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Ciências Biológicas, Rua Marquês de São Vicente, 225, Prédio Pe. Leonel Franca, 7º andar. CEP 22451-900. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Autor para correspondência: rejanbruni@puc-rio.br

O estado do Rio de Janeiro, em seu pequeno território de 43.653,3 Km², apresenta grande diversidade de paisagem onde as planícies, serras e rica drenagem, com o concurso de diferenciações climáticas, possibilitam a existência de variada flora e elevadas taxas de endemismos. O descobrimento das terras brasileiras, num primeiro momento, e posteriormente a instalação do Brasil colônia, exerceu forte influência na alteração da paisagem natural fluminense.

A cobertura florestal estimada para o estado ocupa 21,85% de seu território. As Serras do Mar e da Mantiqueira abrigam os mais significativos corpos florestais fluminenses, uma vez que as áreas de sopé de Serra e baixadas cederam lugar à expansão agrícola e urbana.

Estudos em áreas de Mata Atlântica são ainda escassos para o Rio de Janeiro e, somente quatro décadas depois dos primeiros levantamentos florísticos e fitossociológicos implementados pelo Instituto Oswaldo Cruz, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com o apoio inicial do CNPq (Programa Linhas de Ação em Botânica), iniciou um plano sistematizado de amostragem e documentação científica dos remanescentes de Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro.

No início da colonização a natureza do Rio de Janeiro foi fartamente documentada, através de exsicatas de herbário e raros escritos, por naturalistas que visitaram especialmente as regiões serranas fluminenses. Os relatos as peculiaridades do Novo Mundo, asseverando as inúmeras diferenças entre a natureza americana e a europeia, ainda não estabelecia, contudo, relação de inferioridade ou depreciação entre elas. A tese da inferioridade, da debilidade ou imaturidade da América tem em Buffon, em meados do séc. XVIII, seu maior defensor, para quem, ao referir-se ao selvagem americano, relata “a natureza, ao recusar-lhe as potências do amor, maltratou-o e apequenou-o mais que a qualquer um dos animais”. Ao referir-se ao Brasil não faz exceção: “ainda molhada e lânguida do dilúvio, sobre a qual o homem descobre inquieto as pegadas dos gigantes (*Booz endormi*), e que compreende, podemos acrescentar, aquele Brasil amorfo onde a terra guarda a maciez das primeiras eras” e

conclui logo a seguir: “o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder ao seu ardor; produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos, e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis”.

Assim sendo, o pensamento dominante era de que a natureza americana era débil porque o homem não a dominou, e ele não o fez por ser inerte no amor e assemelhado aos animais de sangue frio, mais próximo da natureza aquática e putrefata do continente. De Pauw, enciclopedista extremista, qualificava a América de totalmente degenerada. Os jesuítas por sua vez, valorizando suas atividades missionárias, reforçaram a opinião de que a América era habitada por bestas ferozes e gigantes, bem como pássaros canoros melódiosos, terras cultiváveis em abundância, e se opuseram ao enciclopedismo laico de De Pauw, Raynal e Robertson, valendo-se de suas técnicas eruditas para defenderem os interesses indissociáveis da Verdade, da Religião e da Pátria. O recém descoberto mundo colonial, ou seja, do mundo ultramarino, foi associado ao imaginário europeu como a região em que se pagavam os pecados. Hegel estabeleceu a seguinte ideia de polarização: na América do Norte encontra-se ordem e liberdade, na do Sul anarquia e militarismo, no Norte a Reforma, no Sul Catolicismo. A América do Norte foi colonizada enquanto que a do Sul, Conquistada.

Os jesuítas que aqui se instalaram desejavam afirmar a separação entre o divino e o natural, para tanto identificaram o deus cristão com um espírito remoto e sem culto, Tupã, enquanto que os espíritos da floresta foram identificados como diabos. Assim, a Mata Atlântica tornou-se a morada do diabo, uma metáfora conveniente tanto para aqueles que a receavam como para os outros que pretendiam eliminá-la.

O pensamento português estava imbuído do espírito missionário, o que pode ser ilustrado pelas palavras de Pe. Antônio Vieira: “Os outros homens, por instituição divina têm só obrigação de ser católicos: o português tem obrigação de ser católico e apostólico. Os outros cristãos têm obrigação de crer a fé: o português tem a obrigação de a crer e mais de a pagar”.

Os habitantes naturais da Mata Atlântica fluminense eram os índios tupis que nela se instalaram por volta do ano 400, e cujo sucesso de sua instalação deveu-se ao aparente domínio da navegação de hidrovias interiores e litoral e a uma agressividade invencível. Este grupo e seus parentes, os guaranis, os mais numerosos e poderosos habitantes das baixadas, mantiveram por três séculos intenso intercâmbio cultural com seus invasores. As práticas agrícolas adotadas por eles, extremamente redutivas, transformavam radicalmente a floresta, uma vez que cortava-se um hectare aproximadamente e pouco antes das chuvas a área era então queimada. Após duas ou três temporadas permitia-se a regeneração da mata. Na baixada, a principal cultura era a mandioca, embora outras plantações fossem feitas. As estimativas a partir do tamanho da estrutura tribal e do quanto de floresta era destinado ao cultivo, subsequentemente ao seu desbaste, sugere que todo o domínio tupi teria estado sujeito a queimadas em um lapso de apenas meio século. Desta forma ao longo de um milênio cada faixa de floresta teria queimado quase vinte vezes, dificultando por conseguinte que a floresta se restabelecesse.

A expedição portuguesa de 1501 foi a primeira a carregar as amostras extraídas do mais importante produto vegetal descoberto na Mata Atlântica, o pau-Brasil (*Caesalpinia echinata* – Leguminosae Caesalpinioideae). Em 1532 um navio levou 5,5 toneladas de algodão produzido pelos tupis, enquanto que em 1588, 4.700 toneladas de pau-brasil passaram pela aduana portuguesa. Estima-se em 8.000 toneladas o volume médio anual de extração no século XVI, o que significa a derrubada de dois milhões de árvores no primeiro século do tráfico. Nesta mesma ocasião foi incentivado o plantio da cana para exportação de açúcar para o Norte da Europa. Em 1600, dos quinze engenhos implantados no Sudeste, 6 encontravam-se no Rio de Janeiro. A implantação da agromanufatura do açúcar, no Rio de Janeiro, teve início nos arredores da baía de Guanabara, interiorizando-se pela baixada fluminense, onde as matas cederam espaço ao cultivo da cana-de-açúcar.

Ao final do século XVII inaugurou-se um novo ciclo econômico no Brasil, o da mineração, deslocando massa de imigrantes e aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas, extraídos de regiões de difícil acesso em Minas, Bahia, Goiás e Mato Grosso e transportados para a costa com imensas dificuldades, contribuíram para a conquista e fixação do homem no interior do país. Por todo o século XVII encontrava-se lavras de ouro em diferentes pontos da Serra do Mar. A modificação e remoção exploratória da superfície dos solos da floresta sugerem que a mineração exigiu muito mais da Mata Atlântica que os primeiros dois séculos de lavoura de subsistência e plantações de trigo e açúcar.

A lavoura do café, iniciada no começo do século XVIII, coincidiu com o crepúsculo da mineração, e foi sobre a lavoura cafeeira que se assentou toda a estrutura econômica do Império e, em grande parte, da República. As plantações de açúcar do Rio de Janeiro haviam entrado em declínio no início do século XVIII com a descoberta do ouro, ao final de 1700, teve início a cafeicultura com o desbaste da Serra do Mar e, no século seguinte, o vale do rio Paraíba.

As faixas isoladas de terras de aluvião, ocorrentes na área montanhosa do Rio de Janeiro, eram adequadas ao plantio de um

novo produto, o café. Assim como o século XVIII fora para o Brasil o século do ouro, o século XIX seria o século do café. Acreditava-se que o café tinha de ser plantado em solo coberto por mata virgem e nas plantações do Rio de Janeiro, as plantações velhas eram abandonadas e novas faixas de floresta virgem eram derrubadas para manter a produção. A queimada era utilizada para reduzir o material lenhoso extraído da floresta e ao mesmo tempo controlada para que produzisse cinzas suficientes para neutralizar o solo. Os incêndios de muitas clareiras elevavam nuvens de fumaça que o vale do Paraíba, ao final das estações secas deve ter se assemelhado ao inferno com centenas de focos de incêndio por todos os lados.

O que se observa, a partir de uma análise única destes descritores - agricultura e crescimento populacional - é que não haveria expansão das fronteiras agrícolas nem pressão populacional sobre as áreas onde são encontrados os remanescentes de Mata Atlântica no Rio de Janeiro. Contudo há que ser considerados outros fatores significativos nesta abordagem dentre os quais estariam: (1) a falta de política agrária no país ocasionando um fluxo migratório significativo, porém alterado, do homem do campo em direção às cidades, (2) aumento da taxa de desemprego e (3) altos níveis de insegurança para os habitantes dos grandes centros urbanos e (4) o tombamento da Serra do Mar, em 1992.

A ausência de políticas públicas que permitam fixar o homem no campo, garantindo-lhes dignidade parece, após quase 500 anos do descobrimento, longe de ser alcançado. O fluxo de mão de obra, em sua grande parte desqualificada, buscando alternativas na grande cidade não cessa. A alteração mais visível neste processo é a abreviatura do itinerário destes migrantes, muitos dos quais, provenientes da região Nordeste do país, que ficam pelo meio do caminho que liga suas cidades de origem ao Rio de Janeiro, e ao assim proceder estabelecem-se ao longo das rodovias que serpenteiam as Serras Fluminenses. Estas rodovias, atravessam uma paisagem degradada em sua totalidade, com a floresta extraída, o solo desnudo, as habitações sem saneamento básico ou qualquer outra observância às condições mínimas de qualidade de vida.

Grande parte destes assentamentos se deram em áreas florestadas até a ocasião do tombamento da Serra do Mar em 1992. Não foram poucos os proprietários rurais que atearam fogo em suas propriedades, buscando resguardar o valor da terra para transações futuras, sem infringir normas ambientais que adviessem do Tombamento. Assim, o que se acreditava salvaguardar as florestas serranas no estado, acabou por acelerar seu processo de desbaste, numa conjugação de ineficiência por um lado dos organismos ambientais, que primeiramente deveriam esclarecer a população que habitava ou vivia destes recursos naturais para somente depois implementar e por outro lado pela ganância dos médios e grandes proprietários rurais.

O Rio de Janeiro experimenta há anos a falência de sua política pública, sem qualquer compromisso com as demandas crescentes de sua população. A retirada de grandes empresas de seu território tem elevado a taxa de desemprego e o crescimento dos subempregos. Os

municípios que abrigam os remanescentes florestais, dão início ao processo de erosão daquilo que possuem de mais elevado potencial econômico que é o turismo. Inúmeras são as áreas desmatadas sem qualquer aproveitamento, contudo é sobre as áreas florestadas que se dá a maior pressão. Os loteamentos crescem a cada dia, na perspectiva de tornarem estes núcleos urbanos, cidades dormitórios, cujo maior contingente empregado trabalha na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que os pequenos municípios não têm como absorver este contingente de mão de obra, cada dia maior. A população da cidade do Rio de Janeiro foge da violência urbana e se move em direção às serras.

Os processos acelerados de modernização social, fluxo demográfico e alteração nos polos de economia, parecem passar ao largo da política ambiental brasileira. Os órgãos de governo, em suas diferentes esferas, sejam federais, estaduais ou municipais, são incapazes de integrar ações que viabilizem os interesses das populações adjacentes aos remanescentes florestais, dos setores econômicos, dos órgãos de pesquisa e dos segmentos de fiscalização ambiental. Entre o proselitismo junto às ONGs, venda do paraíso às populações e imposição dos rigores da lei aos órgãos de pesquisa e a síndrome vitimesca para justificar sua inoperância, os organismos governamentais expressam o vigor de nossa nacionalidade, criada de acordo com o paradigma de nossos conquistadores, onde “todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja à custa da terra, porque esperam de se ir”.

O esforço conjugado em descortinar os processos biológicos possibilitará a adequada conservação das florestas assim como também promoverá a recuperação das áreas de reconhecido valor para a preservação da diversidade. Serão estas iniciativas laboriosas que gerarão os instrumentos necessários à implantação de uma política ambiental efetiva que alie conservação da natureza e bem estar social.

A análise do estado de conservação da Floresta Atlântica, especialmente no Rio de Janeiro, é indissociável da análise dos processos que foram estabelecidos não só pelos seus primeiros habitantes como, principalmente, pelo olhar daqueles que aqui aportaram com o único objetivo de conquistar e ampliar novos domínios territoriais.

A descoberta do Novo Mundo fez surgir no universo intelectual da época impensáveis resistências e, sobretudo, um vigor preconceituoso na abordagem daquilo que lhes parecia fugir aos modelos e que somente poderiam ser interpretados, não como desafio à inteligência da época, mas como ousadia natural de expressões bizarras viventes no continente à época descortinado.

Não constitui novidade o furor que as novas ideias provocavam naquela ocasião e todos os biólogos, antes mesmo de serem introduzidos à teoria evolucionista de Charles Darwin, tomaram conhecimento no introito de sua divulgação, da marginalização social e escárnio por que passou o naturalista ao postular sua teoria. Este raciocínio, dominante entre os séculos XVI e XVIII, norteou por atavismo as nações europeias que promoviam as partilhas territoriais e, por conseguinte, estabeleciam novas conquistas, saques e massacres.

O volume de informações de herbário, juntamente com o acelerado processo de redução das florestas fluminenses, indicavam

grande número de espécies consideradas como extintas e áreas, com densas florestas, documentadas somente no século passado, sob forte pressão antrópica. Por esta razão, teve início o Programa Mata Atlântica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que demandas de ações para recuperação e conservação de áreas naturais chegavam à Instituição, procurando responder a alguns enunciados advindos da estreita relação entre a lacuna de conhecimento existente e a premência de resgate da informação, face às pressões sobre os corpos florestais existentes no Rio de Janeiro.

A paisagem florestal estimula a verificar a existência de diferenças florísticas entre as florestas de baixada e as das serranias. Por outro lado, à luz das informações disponíveis sobre o sub-bosque em diferentes áreas da Mata Atlântica, perguntávamo-nos sobre qual seria o limite entre o dossel e o sub-bosque nestas florestas? Seriam as famílias identificadas como mais relevantes na constituição do sub-bosque as mesmas que no dossel? Existiriam diferenças significativas nas alturas e diâmetros entre comunidades de baixada e serra? A fisionomia alterada expressaria diferença na composição e estrutura daquela floresta em melhor estado de conservação? As florestas de baixada, em razão dos diferentes processos de interferência antrópica e fragmentação, seriam menos diversas que aquelas ocorrentes nas serras? Tomando por premissa a relevância de Myrtaceae na estrutura e composição de comunidades circunscritas à Mata Atlântica, poderiam ser elas indicadoras de similaridade entre áreas? Considerando o quantitativo de espécies raras nas amostragens e sua importância na estrutura das comunidades tropicais, seriam elas, de um modo geral, as mesmas em todas as áreas? Haveria dominância de famílias?

Essas são algumas das muitas questões ainda a ser respondidas para a Mata Atlântica do Rio de Janeiro... E para os domínios da Mata Atlântica no Brasil.